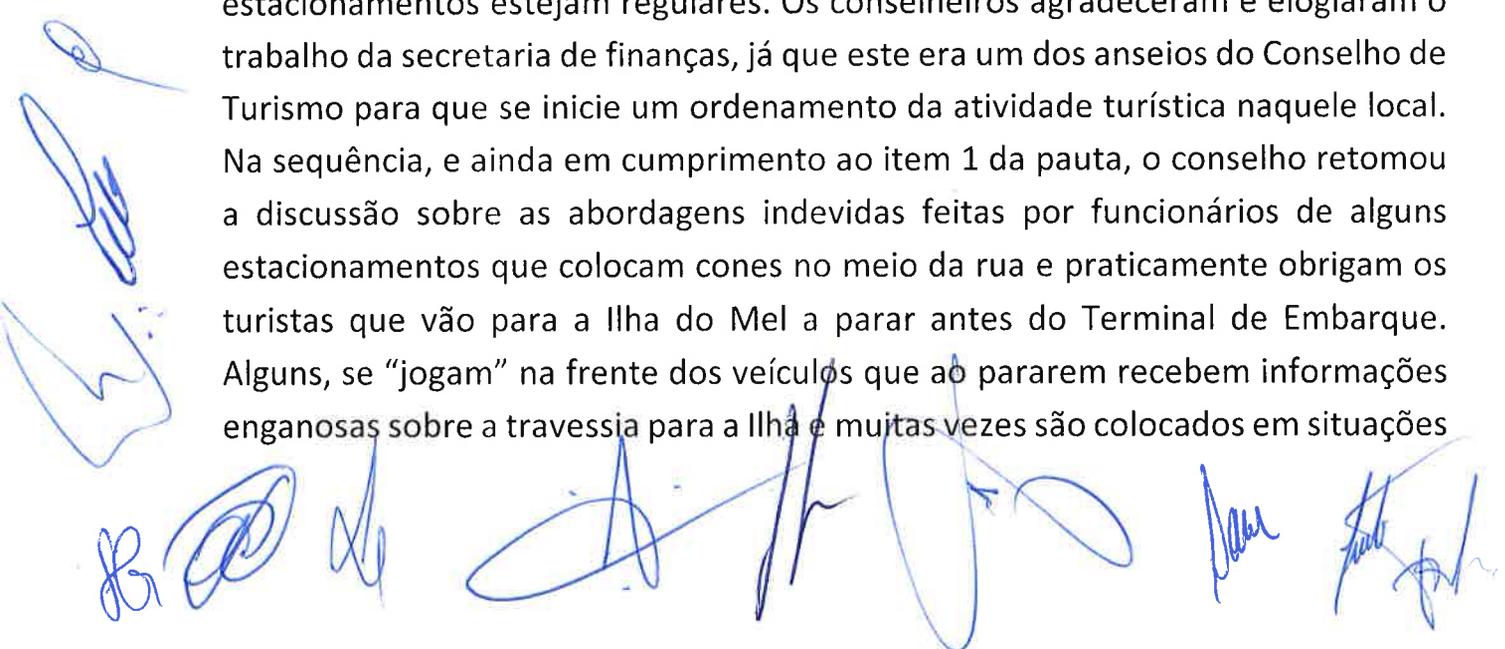
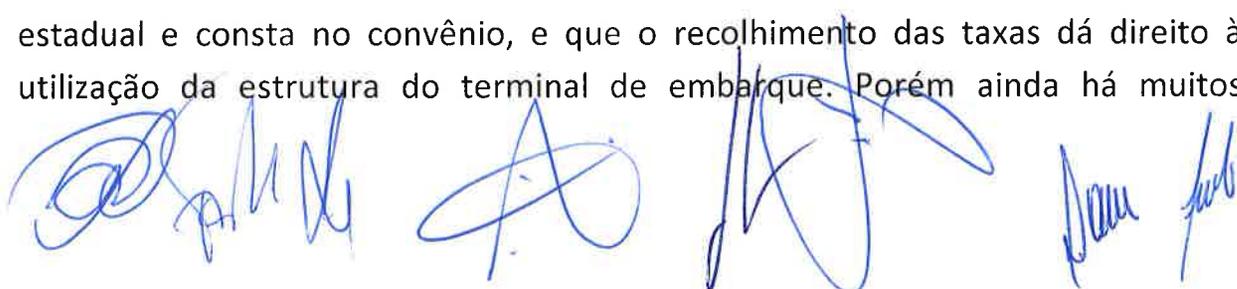


ATA - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE PONTAL DO PARANÁ

Reuniram-se, aos 28 dias do mês de agosto de 2019 para reunião ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Pontal do Paraná, às 14h00 na sala de reuniões da Prefeitura de Pontal do Paraná no balneário Praia de Leste, os Srs. e Sras. Jaime Luiz Cousseau, presidente deste conselho, Luciana G. Costa representando o Departamento de Turismo, Fernanda Mossanik da Silva representando a AMPP, José Juvanete Pereira representando a Câmara Municipal, Fátima Aguiar e Gilberto Keserle representando a Adetur Litoral, Lafaete Jacomel representando a UFPR, Plínio Aguiar, representando o SEHA, Gilberto Espinosa representando a ACIAPAR, Sr. Daniel A. de Lima representando a ABALINE e como convidados, os srs. Ercio L. Weschenfelder, e Antônio Carlos Cruz pela ACIAPAR sr. Roberto Stelmachi Junior representando a ACIAPAR e o CONSEG, srs . Eluir Jaques e o Secretário Nemésio Xavier como representantes da Guarda Municipal, sra. Jemima Aliano, secretária Municipal de Finanças e o sr Luís Henrique Bittencourt de Oliveira representando a Polícia Militar, tendo como pauta: - Regularização dos Estacionamentos no Terminal de Embarque, taxis náuticos, campanha “Embarque Legal, só no terminal” e andamento da terceira etapa de reformas no terminal de embarque. O secretário Jaime cumprimentou os presentes e passou a palavra para a Secretária Jemima que explicou como se deu o trabalho de fiscalização aos estacionamentos no entorno do terminal de embarque. Informou que todos que apresentavam situação irregular foram notificados e receberam prazos para providenciarem a documentação. O não cumprimento do prazo gerou multas e que atualmente existem apenas dois estabelecimentos que ainda estão em processo de regulamentação. Sendo assim espera-se que em breve todos os estacionamentos estejam regulares. Os conselheiros agradeceram e elogiaram o trabalho da secretaria de finanças, já que este era um dos anseios do Conselho de Turismo para que se inicie um ordenamento da atividade turística naquele local. Na sequência, e ainda em cumprimento ao item 1 da pauta, o conselho retomou a discussão sobre as abordagens indevidas feitas por funcionários de alguns estacionamentos que colocam cones no meio da rua e praticamente obrigam os turistas que vão para a Ilha do Mel a parar antes do Terminal de Embarque. Alguns, se “jogam” na frente dos veículos que ao pararem recebem informações enganosas sobre a travessia para a Ilha e muitas vezes são colocados em situações



constrangedoras. O Sr. Roberto, lembrou que o CONSEG já realizou denúncias e reuniões a respeito deste assunto mostrando, inclusive, vídeos de agressões sofridas por turistas, mas que até hoje nenhuma providência foi tomada e sugeriu a presença do Ministério Público em uma próxima reunião. Os conselheiros expressaram a sua indignação, pois ao longo dos anos, as reclamações e relatos de agressões aos carros e turistas tem sido recorrentes e denigrem a imagem do município, prejudicando a atividade turística no litoral todo, já que Pontal do Paraná é o acesso natural para a Ilha do Mel, destino consolidado internacionalmente. Para contextualizar o exposto, O Sr. Gilberto Kersele trouxe ao conselho a experiência recente vivida por seus hospedes na Ilha do Mel. No relato alegaram terem sido abordados antes do terminal de embarque e informados que seriam conduzidos por uma van até o local de embarque. Ao chegarem ao local, embarcaram em um taxi náutico minúsculo conduzido por um marinheiro que passou a impressão de ter usado "entorpecentes". Disseram terem vivido momentos de muito medo e tensão. Souberam, depois, que aquele era um embarque clandestino e não o oficial, mas que o cone colocado no meio da rua deu a eles a impressão de que este era o procedimento usual. Após o relato os conselheiros solicitaram providencias da polícia militar e da guarda municipal. Estes alegaram que a legislação é falha e que a falta de efetivo prejudica a atuação. Disseram que não há uma forma legal de coibir esta atividade e que o ideal é que uma viatura permaneça no local em tempo integral, mas não veem a possibilidade de isto acontecer neste momento. O Secretário Nemésio Xavier disse que algumas providências estão sendo tomadas, porém não poderia fornecer maiores detalhes. Garantiu que em breve algumas ações serão realizadas e pediu uma avaliação do conselho quanto aos resultados. Solicitou também, uma cópia desta ata para anexar ao processo. O representante da Policia Militar alegou desconhecer a dinâmica do terminal de embarque e as situações relatadas. Os conselheiros sugeriram que ele frequentasse a região para avaliar a gravidade das ocorrências, já que dificilmente o turista registrará queixa oficial. Após o constrangimento vivido, eles querem apenas ir embora do litoral para não mais voltar. O sr. Roberto lembrou que as questões a serem resolvidas são diversas e que o bom resultado será proveniente de uma série de pequenas ações. Desta forma, abordou-se a questão dos embarques clandestinos. O Secretário Jaime esclareceu que o cadastramento das embarcações foi solicitação do governo estadual e consta no convênio, e que o recolhimento das taxas dá direito à utilização da estrutura do terminal de embarque. Porém ainda há muitos



embarques clandestinos, que esta fiscalização é de competência do IAP, que já foi solicitada inúmeras vezes e que a secretaria continuará cobrando que aconteça pois entende que o cenário ideal é que todos estejam operando a partir do terminal de embarque. O Conselho reforçou a urgência desta ação e decidiu se manifestar oficialmente aos órgãos responsáveis (IAP, SEIL, MP, Capitania) . Questionou-se também sobre a proposta já trazida a este conselho para a qualificação da Guarda Municipal, pela marinha, para atuar na fiscalização. O Secretário Nemésio informou que o comandante da Guarda, sr. Jaques acompanhou o Secretário Jaime em uma visita à marinha para tratar deste assunto e que está alinhando para que o curso ocorra, porém ressaltou novamente a dificuldade de atuação pelo efetivo reduzido. Dando continuidade, questionou-se a legalidade dos transportes por vans. O sr. Jaques, comandante da guarda municipal, solicitou que seja atrelado ao alvará dos estacionamentos, a vistoria dos veículos que fazem transporte de passageiros, pelo departamento municipal de trânsito. Sobre as abordagens indevidas aos turistas, o conselho decidiu pelas seguintes ações: 1- Denúncia e solicitação de fiscalização ao ministério do trabalho; 2- buscar parcerias para oferta de cursos de capacitação aos funcionários dos estacionamentos. O secretário Jaime lembrou que diversos cursos foram ofertados gratuitamente, mas que pouquíssimos estacionamentos compareceram. Disse que os convites e informativos foram entregues um a um, mas que nem assim houve procura pelos cursos. Os conselheiros questionaram a possibilidade de colocar a qualificação como exigência para a retirada do alvará. A secretaria de desenvolvimento se responsabilizou em averiguar a viabilidade e legalidade desta ação e trazer uma resposta na próxima reunião. 3- Informar melhor o turista sobre o embarque oficial. Neste sentido abordou-se outro tópico da pauta. Decidiu-se que a Campanha” Embarque legal, só no terminal” é urgente e será uma grande aliada para que o turista não seja mais enganado ao se aproximar do terminal de embarque. A ação consiste em confecção de material informativo, instalação de outdoors e placas informativas e de sinalização. Existe, também a possibilidade de instalação de postos de informações turísticas e parcerias com a Ecovia e outras entidades para a distribuição deste material. Foi colocado em votação a liberação de recursos do FUMTUR para esta atividade. A proposta foi aprovada por unanimidade, ficando claro que os orçamentos e artes devem passar pelo conselho para aprovação o mais breve possível. Dando continuidade à pauta, o secretário Jaime apresentou novamente o projeto da terceira etapa de reformas para o terminal de embarque que contempla a

